

AO: Artigo de Opinião

CI-CPRI



Comentário ao Terrorismo em França

Estamos no rescaldo dos atentados terroristas em França. O resumo possível sobre os últimos acontecimentos é o seguinte. A 20 de Dezembro de 2014, um francês entrou com uma faca numa esquadra de Joué-Lès-Tours a gritar “Allahu Akbar” (Alá é grande) e atacou três polícias antes de ser abatido. No dia seguinte foram atropeladas 13 pessoas em Dijon, a leste de França, por um motorista que antes de ser preso também terá clamado “Allahu Akbar”. A 22 Dezembro, um homem a conduzir uma carrinha branca fez 11 feridos numa feira de Natal do centro de Nantes, não fez reivindicações religiosas mas esfaqueou-se no tórax com nove golpes; não conseguiu imolar-se e está preso.

A 7 de Janeiro de 2015, morreram doze pessoas num ataque terrorista liderado por dois irmãos franceses de origem argelina que terão bradado “Allahu Akbar” enquanto entravam aos tiros na sede do jornal Charlie Hebdo de índole anarquista, famoso por publicar banda desenhada de contornos políticos e religiosos. Estes foram mortos no mesmo dia 9 em que um francês de origem malinense, em conivência com os dois irmãos, fez um atentado num supermercado judaico; sendo que dois dos três jihadistas confessaram os crimes por telefone aos meios de comunicação, para dar publicidade às organizações criminosas que representavam ou que os financiavam. Não vou aqui dar-lhes a propaganda que desejavam e que os meios de comunicação lhes conferiram de bandeja por acharem ser um *furo jornalístico*. Parece-me um erro difundir os rostos dos criminosos como no antigo Faroeste, levando em consideração que assim se tornam mártires e heróis para os que partilham dos seus ideais fundamentalistas.

O terrorismo alimenta-se do efeito-surpresa e os seus agentes não são completamente controláveis, mas é preciso referir que a França já registava vários episódios de terrorismo fundamentalista islâmico (alguns dos quais abortados pela polícia, como foi confirmado pelas autoridades nacionais). Paris era há muito uma capital de risco. Os cartoonistas do jornal satírico recebiam regularmente ameaças de morte, tanto que estavam sob vigilância policial. Os perpetradores dos ataques terroristas tinham cadastro e eram referenciados pelas autoridades francesas há anos, um dos quais até constava da lista norte-americana dos que não podiam viajar para os EUA. Sendo assim, pode-se concluir que o ocorrido era expectável mais cedo ou mais tarde.

Porque não foram os ataques abortados antes de terem produzido vítimas mortais? Aponto algumas razões prováveis. Primeiro, a França possui uma lista com cerca de 5000 jihadistas com ramificações complexas a outros tantos agentes potencialmente perigosos e meios insuficientes para fazer face a toda esta rede intrincada que abusa das liberdades da sociedade europeia. Segundo, num Estado de Direito Democrático a lei e o costume não permite uma vigilância apertada às pessoas em função dos direitos que lhes assistem enquanto cidadãos. Alguém acusado sem provas pode invocar-se alvo de perseguição ou

de discriminação por razões religiosas ou outras. Logo, os polícias e os militares só podem verdadeiramente atuar em flagrante delito ou quando há indícios muito concretos que às vezes só se reúnem quando os atores já estão a praticar o crime, nem sempre havendo tempo para evitar a desgraça, mas apenas para punir os infratores.

A população francesa gosta de viver numa sociedade pacífica com base nos valores com os quais se identifica e que enuncia como panfletárias da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. 3,5 milhões de pessoas saíram à rua naquele país com cartazes “Je suis Charlie” e, no domingo dia 11 Janeiro, procuraram mostrar que constituem uma força unida contra o terrorismo e o extremismo religioso. Em solidariedade com o povo francês, outras multidões fizeram o mesmo em várias cidades do globo.

Tudo isto é muito bonito mas envolve alguns riscos. Por exemplo, a “liberdade” pode ser discutida sob diferentes perspetivas e servir de arma de arremesso. Se os cartoonistas do Charlie Hebdo exerciam a sua liberdade ao publicar banda-desenhada satírica, não estariam também a *desafiar* os seus detratores quando estes sistematicamente davam mostras de descontentamento pelo mundo inteiro? Quem desafia, pode ser desafiado? Eles queriam manter os empregos num jornal que caso contrário podia ter fechado portas? Valeu a pena correr o risco – visto que estavam conscientes das ameaças constantes de que eram alvo? Eles eram corajosos e tinham liberdade para o fazer? Nesse caso, os extremistas também têm liberdade para atacar e insultar a sociedade ocidental e abusar do seu sistema? As populações que vivem em Estados de Direito Democrático não vivem em liberdade total, vivem em *liberdade condicionada pela lei*, ou seja, balizada por regras que promovam a paz, a harmonia, a tolerância e a cidadania; não querem viver na liberdade destrutiva do Iraque, Afeganistão ou Nigéria, em que as pessoas tentam sobreviver no caos. Parece óbvio. Mas os fundamentalistas que, pela lógica, não desejam negociar nem ser razoáveis para com os seus *inimigos ideológicos* e até ficarão espantados ao ouvir multidões a gritar pela liberdade depois de terem sido atacadas mortalmente; os extremistas podem rir-se e achar que os franceses lhe estão a dar liberdade para continuar a matar, a roubar, a violar, a insultar e a destruir o seu modo de viver. Com estes exemplos tento explicar que, infelizmente, um valor como a liberdade pode ser manipulável pela retórica e não depende apenas da perspetiva que é conveniente a uma das partes.

Talvez seja injusto, mas povos que descurem a sua proteção não conseguem viver seguros e serão sempre vulneráveis aos mal-intencionados que os manipulam do exterior, mas também do interior através do recrutamento de cidadãos das nacionalidades que atacam. O terrorismo é uma luta de poderes que não mede a meios para alcançar os seus propósitos. Até agora não discurssei sobre religião. Deus não tem nada a ver com o assunto. Os responsáveis pelos ataques são agentes individuais ou coletivos que agem em nome dos seus próprios interesses ou dos interesses de terceiros.

Que concluir sobre o assunto? Não é fácil rematar, pois depende da perspetiva em que se lê o artigo. Em política, os de esquerda entendem a questão de uma maneira diferente dos da direita. Nem todos têm a mesma filosofia de vida, nem aplicam igual métrica ao que consideram coragem e o heroísmo.

Proponho o seguinte. A questão enquadra-se no âmbito do choque de civilizações entre povos ou indivíduos de diferentes quadrantes que convivem aos milhares num mesmo espaço constricto, onde a liberdade nem sempre permite a punição da irresponsabilidade se a mentalidade é relativista e as regras difusas; numa época onde imperam as incertezas

e as mudanças convulsivas fruto de um processo de globalização agressivo e altamente competitivo que produz desemprego, pobreza e crise de valores numa sociedade habituada a viver do politicamente correto e em elevadas expectativas entretanto goradas pela crise económico-financeira. Sociedades individualistas e carentes de afeto, de reconhecimento ou até de identidade tornam-se mais vulneráveis a discursos populistas e radicais de índole político ou religioso, abrindo elas próprias as portas a cavalos de Troia capazes de as destruir.

O radicalismo político e religioso ganhou relevo quando em 2001, os EUA, que eram então a única superpotência, optaram por não resolver o *11 de Setembro* internamente ou diplomaticamente a nível internacional, e lideraram uma luta antiterrorista espalhafatosa à escala global, ao unir nações contra agentes não estaduais difusos enquanto invadiam com os seus aliados dois países (Afeganistão e Iraque) que não os tinham atacado. Ao chamar “guerra” ao processo, atribuiu o título de “guerreiros” àqueles que até então eram simples “criminosos” de acordo com o Direito Internacional; e conferiu reconhecimento e poder a grupos que não os tinham necessariamente. A chamada *Primavera Árabe* iniciada no final de 2010 não se teria difundido daquela forma sem o compadrio de países como os EUA, o Reino Unido e a França cuja ingerência externa desequilibraram regimes autocráticos mas que controlavam o que hoje ninguém mais consegue supervisionar. A guerra civil prossegue na Síria, na vizinhança do conflito israelo-palestiniano, agora que os antigos moderadores regionais estão fragilizados, pois o Egipto caiu e ainda não se refez e a Turquia está a radicalizar o seu discurso. Ou seja, o caldo está entornado junto às praias antes calmas da Europa do Sul.

O terrorismo não é uma novidade no *velho continente* mas, até agora, estava relacionado com reivindicações separatistas de índole regional. Os povos da comunidade europeia toleravam-nos sem grandes punições ou escândalos para não descambarem em conflitos armados como ocorreram na antiga Jugoslávia. Mas o terrorismo perpetrado em nome da religião islâmica pode despertar velhos fantasmas. Para evitar que tal aconteça, países como Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto e Turquia devem continuar a ser aliados dos Europeus na luta contra o extremismo religioso. Os muçulmanos moderados que vivem na UE devem ser parceiros da maioria da população na identificação dos criminosos que abusam dos direitos de todos, para evitar a marginalização e a perseguição dos que não têm culpas no cartório. É importante impedir que a intolerância religiosa cresça e bloqueie o diálogo inter-geracional e civilizacional na *região potencialmente mais perigosa do mundo* que desde 1945 (final da II Guerra Mundial) e sobretudo desde 1957 (data dos Tratados de Roma) está adormecida nos prazeres mundanos que um modelo social altamente sofisticado conseguiu garantir-lhe durante anos mas que está a ser posto em causa, baixando expectativas a cidadãos que não querem (já não sabem) viver sem eles.

Será que o terrorismo islâmico pode pressionar o *velho continente* ao ponto de fazer renascer velhos fantasmas? A história pode repetir-se? O problema maior não reside talvez na Europa do Norte, nem na de Leste, mas na do Sul que está empobrecida e que inclui países como Portugal, Espanha, Itália e França. A ameaça dogmática propaga-se no *mare nostrum*, na esfera de influência do antigo império romano, onde se aninham ex-colonizadores globais enfraquecidos pela crise do Euro e pela perda de soberania em prol de um bloco regional a rebentar pelas costuras, cada vez menos coeso e estável em permanente alargamento. Alguns destes Estados tiveram ditaduras ou regimes com políticas expansionistas agressivas e perigosas, promoveram séculos de cruzadas e/ou implementaram tribunais dos santos ofícios (inquisições). Se as ondas de choque gerarem

o aumento significativo do extremismo político (de direita ou de esquerda), a tolerância em relação à emigração e à diferença religiosa e cultural pode diminuir drasticamente; pior do que isso, pode despertar o catolicismo radical com raízes históricas na Idade Média. O contexto atual é, portanto, muito delicado.

A forma como os povos da UE, em particular os franceses, responderem ao reto nos próximos cinco anos será o mote dos próximos cinquenta, pelo que importa saber se pendem para o equilíbrio ou se continuam a arrastar-se para a instabilidade – e haverá o dia em que poderá não haver volta. Mas não estão sozinhos, pelo que terão de negociar mais ativamente com países de outras regiões para assegurar a sua proteção. Os cidadãos da UE já não podem dar-se ao luxo de fechar os olhos às evidências. Não estão seguros numa área em que se eterniza o conflito israelo-palestiniano, há guerra civil na Síria e na Ucrânia; em que o terrorismo fundamentalista islâmico alastra no Magrebe e no Sahel e em rede cada vez mais na Síria e dentro do próprio bloco regional europeu. Neste processo, a Rússia não pode ser uma rival, nem do ponto de vista económico no âmbito energético, tem de ser uma forte aliada da UE. Os EUA estão hoje em dia mais preocupados com o Pacífico, pelo que têm de ser motivados a cooperar outra vez mais com os europeus. No contexto do *mare nostrum*, três países são ao mesmo tempo fortes e frágeis com consequências para os outros todos, pelo que não podem absolutamente ser dominados pelo fanatismo, por serem paradigmáticos nas suas respetivas áreas de influência: a França, a Turquia e Marrocos. No geral, os crentes moderados das diferentes religiões precisam mostrar maturidade e ajudarem-se uns aos outros a sobreviver aos desafios da contemporaneidade.

12/01/2015